



ANO 16 Nº 9
Setembro de 2007

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

O Brasil e a crise de crédito global

A partir de meados de julho, tornou-se evidente um fato desde há muito anunciado: a nova crise financeira global teria sua origem na expansão exacerbada do mercado imobiliário norte-americano. Créditos que alimentaram o consumo do País foram realizados pelas famílias por conta de hipotecas em condições favoráveis, efetivadas a partir de inovações financeiras que permitiam facilidades iniciais nos pagamentos das prestações e possibilitavam o posterior refinanciamento dos imóveis, supostamente a partir de uma elevação em seus preços.

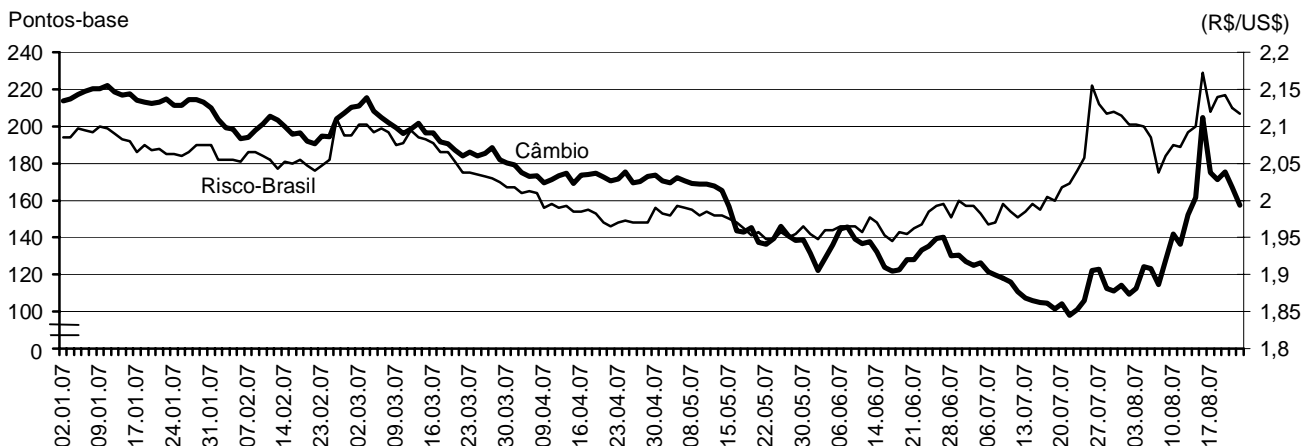
As corretoras de hipotecas vendiam esses créditos aos bancos, que securitizavam essas dívidas e, posteriormente, repassavam esses títulos para bancos de investimento, que os consolidavam em um novo título — chamado Collateralized Debt Obligation (CDO) —, o qual era apontado como sem risco pelas principais agências de notação. Esse ciclo de elevação nos preços dos imóveis transbordou para aplicações de maior risco, impulsionando novamente o mercado acionário. Os CDOs — e outros títulos derivados da expansão creditícia — foram revendidos aos fundos de investimento, localizados tanto nos EUA quanto na Europa, na Ásia e na Oceania. Assim, o caráter global da crise transparece em sua dimensão geográfica, interligando diversos mercados. Ao mesmo tempo, uma inesperada relação entre os mercados de crédito de longo e de curto prazo, com a dificuldade de venda de *commercial papers*, devido à sua relação com aplicações em derivativos de crédito, a possibilidade de reversão das tomadas de empréstimos em yen para aplicações ao redor do mundo e a seqüência de falências em corretoras de hipotecas e fundos especulativos têm aumentado as incertezas sobre a solvência do mercado mundial de crédito e a manutenção do crescimento da economia norte-americana. A ameaça concreta

de extensão da crise exigiu a intervenção dos principais bancos centrais do mundo, os mesmos que há pouco negavam qualquer possibilidade maior de crise generalizada de crédito.

A economia brasileira sempre foi tida como estando a salvo de qualquer possibilidade de crise, dado seu recente sucesso, sobretudo em seu equilíbrio externo, o qual se consubstancia na acumulação de reservas superiores a US\$ 160 bilhões. Entretanto basta analisar a movimentação ocorrida, em julho, nos índices do Risco-País (medido pelo índice Emerging Markets Bond Index Plus-Brazil (EMBI+), calculado pelo Banco JP Morgan Chase) e na cotação do dólar norte-americano para verificar-se que o Brasil, embora não seja protagonista da atual crise global de crédito, não está imune aos seus efeitos. Deve-se lembrar que uma recessão global diminui a demanda e o preço das *commodities*, que, até o momento, garantiram os expressivos saldos comerciais brasileiros após 2003, ao mesmo tempo em que o contágio financeiro global certamente inverterá — como já se teve amostra recentemente — o fluxo de capitais.

Caso esse cenário ruim se confirme, a desvalorização do real acarretará a volta da ameaça inflacionária e a conseqüente interrupção na queda dos juros domésticos, com reflexos negativos para o crescimento econômico brasileiro. Resta esperar que o Governo não permita, sob nenhuma hipótese, uma queda expressiva nas reservas em dólar do País, reduzindo o grau de abertura financeira e a interligação contagiosa com os países originariamente expostos à crise ao primeiro sinal de uma saída mais brusca de divisas. Caso contrário, apenas restará torcer para que a intervenção dos bancos centrais tenha sucesso.

Risco-Brasil e cotações diárias da taxa de câmbio nominal — 02.01.07-23.08.07



FONTE: Bacen.
JP Morgan.

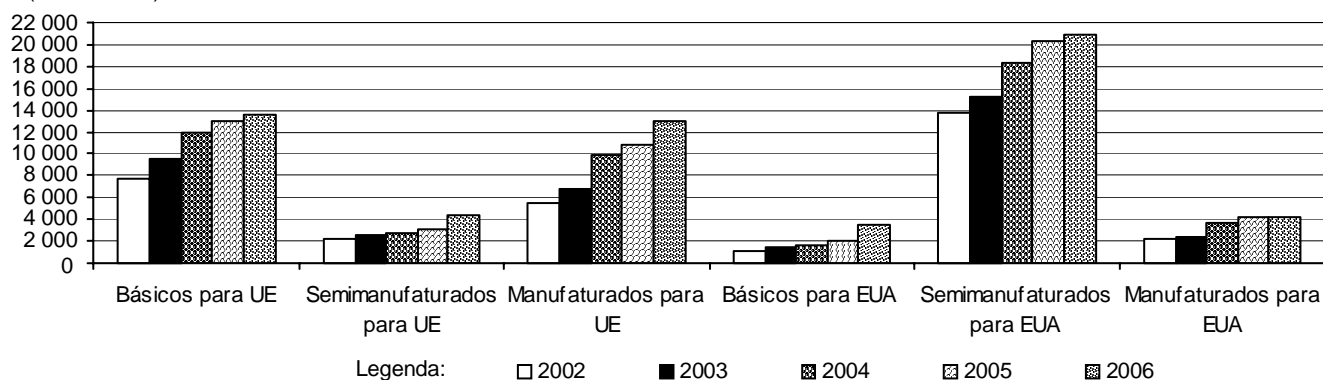
André Luis Forti Scherer (FEE/CEES)

Impasses na Rodada Doha: repercussões para o Brasil

Após seis anos de negociações, o impasse ainda continua. O que está em jogo e interessa ao Brasil é a abertura dos mercados agrícolas da União Européia (UE) via cortes em suas tarifas aduaneiras para produtos agrícolas e o decréscimo no total de subsídios agrícolas concedidos pelos Estados Unidos aos seus produtores. Em contrapartida, países emergentes como o Brasil reduziram suas restrições à importação de produtos industrializados e serviços. Todavia, com a diminuição das alíquotas consolidadas na Organização Mundial do Comércio (OMC), estas ficarão muito próximas das efetivamente praticadas pelo Brasil, o que dificultará a elevação de tarifas, quando necessário.

A forte expansão das exportações do agronegócio brasileiro tem aumentado o receio da concorrência brasileira na UE e nos EUA, ao mesmo tempo em que a maior entrada de produtos industriais e de serviços provenientes dessas regiões também é preocupante para o Brasil. Um resultado positivo da Rodada poderá favorecer as exportações brasileiras e gaúchas. Contudo, apesar de várias propostas, até agora as ofertas para alcançar um acordo comercial foram consideradas insuficientes por ambas as partes, levando a que as negociações sejam retomadas em setembro.

(US\$ milhões) Valor das exportações brasileiras, por agregado, para a União Européia e os Estados Unidos — 2002-06



FONTE: MIDCT/Secex.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/CEES)

Melhoram as contas públicas do RS com a venda das ações do Banrisul

A execução do Orçamento da Administração Pública Estadual consolidada (Direta e Indireta), no período 2004-07, apresentou uma melhora. No último ano, a receita consolidada (a preços de julho de 2007) cresceu tanto em função do desempenho da economia como, principalmente, pela venda das ações do Banrisul, que ocasionou um ingresso de mais de R\$ 1,2 bilhão em julho de 2007. Especificamente, a receita, que estava em R\$ 16,2 bilhões em 2004, passou para R\$ 17,6 bilhões em 2005 e, depois, em 2006, chegou a R\$ 18,8 bilhões. Mas a despesa consolidada seguiu a mesma tendência: partiu de R\$ 17,1 bilhões no ano de 2004, depois, aumentou para R\$ 18,5 bilhões, chegando a R\$ 19,7 bilhões no ano de 2006. Entretanto a situação é bem melhor, quando se analisa o acumulado de jan.-jul./07 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita melhorou, passando de R\$ 11,3 bilhões para R\$ 11,8 bilhões, e a despesa diminuiu R\$ 600 milhões — de R\$ 11,5 bilhões para R\$ 10,9 bilhões. As contas públicas, que apresentavam um déficit superior a R\$ 900 milhões nos anos de 2004, 2005 e 2006 (respectivamente, R\$ 972 milhões, R\$ 969 milhões e R\$ 956 milhões), reverteram a tendência no acumulado de jan.-jul./07, com um superávit de R\$ 876 milhões. Essa situação

é muito melhor do que a ocorrida no mesmo período de 2006, quando o déficit acumulado já estava em R\$ 167 milhões.

Evolução do resultado da execução do Orçamento da Administração Pública Estadual consolidada do RS — 2004-07

PERÍODOS	(R\$ milhões)		
	RECEITA CONSOLIDADA (A)	DESPESA CONSOLIDADA (B)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B)
2004	16 200	17 172	-972
2005	17 622	18 591	-969
2006	18 804	19 760	-956
Jan.-jul./06	11 374	11 541	-167
Jan.-jul./07	11 860	10 984	876

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS/Contadoria e Auditoria Geral do Estado/Divisão de Informações Legais e Gerenciais/Sistema AFE.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-D da FGV para julho de 2007.

Alfredo Meneghetti Neto (FEE/CEES)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Carta de Conjuntura - Ano 16 nº 9

Bons resultados para a indústria de veículos automotores

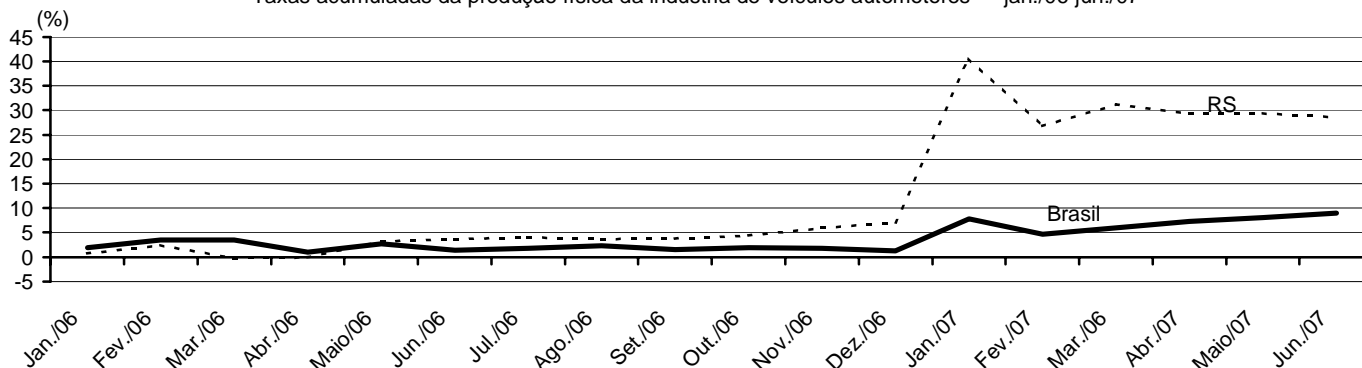
O ano de 2007 vem-se mostrando favorável à indústria gaúcha de transformação, que apresentou um crescimento acumulado de 8,5% no período jan.-jun., em comparação com o primeiro semestre de 2006, quando registrou uma queda da produção física de 3,9%. Com esse resultado, o RS assumiu a liderança sobre os demais estados brasileiros, posicionando-se acima da taxa alcançada pela indústria brasileira de transformação: 4,7% (PIM-IBGE).

Dentre os setores que mais cresceram, destaca-se a indústria de veículos automotores, da qual fazem parte a indústria automobilística propriamente dita, bem como os segmentos produtores de ônibus e caminhões, de carrocerias e de autopeças. No Brasil, a taxa de crescimento da produção de veículos automotores ampliou-se de 1,4% (jan.-jun./06) para 8,9% (jan.-jun./07), e, no RS, as respectivas taxas aumentaram de 3,6% para 28,6% no primeiro semestre de 2007.

Ainda que ambos os resultados reflitam o bom desempenho do ramo automobilístico, chama atenção o fato de que as taxas obtidas pela indústria gaúcha de veículos automotores se tenham posicionado bem acima daquelas verificadas no Brasil. Isso se explica pela maior participação, no Estado, dos ramos fabricantes de caminhões, ônibus e carrocerias, que também vêm apresentando excelentes resultados, com reflexos sobre a produção gaúcha de autopeças.

De maneira geral, a produção dessa indústria vem-se expandindo com base na ampliação do consumo interno, favorecido, por sua vez, pelas ampliações e diversificações da oferta de crédito ao consumidor e pela abertura de novas linhas de financiamento pelo BNDES.

Taxas acumuladas da produção física da indústria de veículos automotores — jan./06-jun./07



FONTE: IBGE/Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física.

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE/CEES)

Trabalhadores maduros: maior estabilidade, mas com dificuldades para conseguir ocupação

O tempo de permanência no trabalho é um dos indicadores que caracteriza o grau de estabilidade no mercado de trabalho. Em 2006, na Região Metropolitana de Porto Alegre, o maior tempo médio de permanência entre os trabalhadores ficou por conta dos mais maduros (40 anos ou mais), os quais apresentavam, em média, 118 meses de permanência no trabalho (quase 10 anos), mais do que o dobro do tempo de permanência dos trabalhadores de 25 a 39 anos (51 meses) — cerca de quatro anos — e muito superior ao daqueles entre 10 e 24 anos (18 meses). Esses resultados parecem confirmar algumas vantagens relativas aos trabalhadores com mais idade — mais experiência, conhecimento e responsabilidade —, não obstante eles tenham que reciclar sua formação para responder às novas necessidades, face às mudanças introduzidas na organização do trabalho, a partir dos anos 90.

Contrapondo essa condição mais favorável, a dificuldade de conseguir uma ocupação parece ser bem maior para esses trabalhadores, uma vez que o tempo médio despendido na procura por trabalho, além de ser o mais longo, aumentou mais da metade no período analisado. Assim, em 1993, um desempregado com 40 anos ou mais despendia, em média, sete meses na busca de uma ocupação, passando, em 2006, para 11 meses (quase um ano). Já para os mais jovens, de 25 a 39 anos, o tempo médio de procura por trabalho, no mesmo período, passou de seis meses para nove, e, para os de 10 a 24 anos, de cinco meses para oito.

Tendo em vista o processo de envelhecimento da população na RMPA, o atendimento das necessidades desse segmento mais maduro vem interpondo desafios, especialmente quanto à maior absorção dessa mão-de-obra.

Tempo médio de permanência no trabalho dos ocupados e tempo médio de procura por trabalho dos desempregados, por idade, na RMPA — 1993 e 2006

(meses)

FAIXAS ETÁRIAS	TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA NO TRABALHO		TEMPO MÉDIO DE PROCURA POR TRABALHO	
	1993	2006	1993	2006
De 10 a 24 anos	18	18	5	8
De 25 a 39 anos	52	51	6	9
40 anos e mais	108	118	7	11

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Norma Herminia Kreling (FEE/CPED)

Comércio retoma o crescimento

Depois de um período de crise, o comércio gaúcho começa a apresentar um crescimento significativo no primeiro semestre de 2007, acompanhando o bom desempenho dos outros setores da economia.

Desde junho de 2007, a FEE, no âmbito da parceria com a Fecomércio-RS e com a Secretaria da Fazenda, expandiu a cálculo do Índice de Vendas no Varejo (IVV), calculando um indicador adicional para o atacado e compoendo os dois indicadores num indicador geral para o comércio: o Índice de Vendas do Comércio (IVC). Com esse indicador, tem-se uma medida do desempenho do comércio a partir da movimentação do ICMS. Há uma desagregação para 20 setores e, geograficamente, para macro e microrregiões e para os principais municípios do Estado.

Quanto ao desempenho dos municípios, observa-se que Porto Alegre apresentou um crescimento de 7,9% no primeiro semestre de 2007, seguido por Passo Fundo (7,7%) e Canoas (7,2%). Pelotas cresceu apenas 0,4%. Na medida em que o setor industrial tende a responder mais rápido aos impulsos do crescimento, observa-se que municípios mais industrializados iniciam o processo de crescimento com primazia, e o comércio, conseqüentemente, aponta a mesma dinâmica. Pelotas e os demais municípios da região sul ressentem-se de uma estagnação estrutural e, por serem pouco industrializados, à exceção de Rio Grande, tem o desempenho do comércio associado ao da agropecuária, que não vem crescendo significativamente nessa região. Ou seja, não há garantia, para esses municípios, de que o crescimento chegue ao natural após algum tempo. O desempenho desigual do comércio entre os

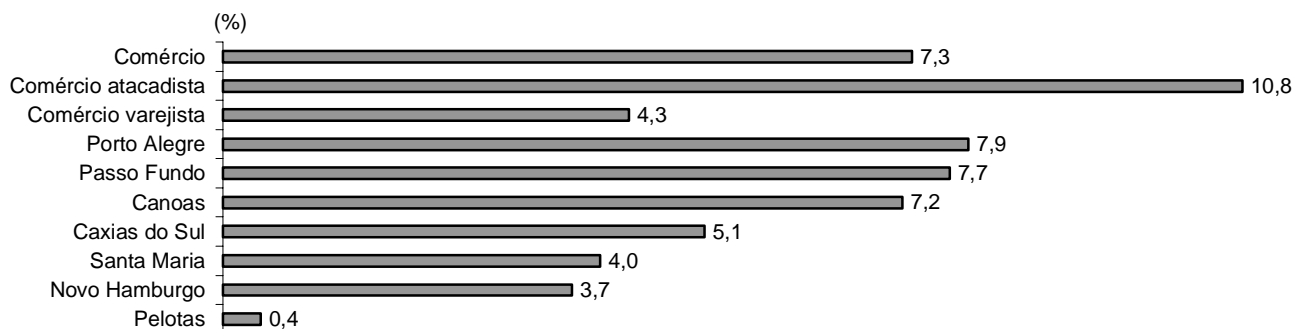
municípios, de alguma forma, reflete os desequilíbrios regionais do Estado.

Setorialmente, o crescimento das vendas do comércio foi mais expressivo no atacado (10,8%) do que no varejo (4,3%). Os setores podem ter dinâmicas diferentes, em razão da determinação geográfica dos mercados. No varejo, os mercados tendem a ser locais, enquanto, no atacado, tendem a ser mais amplos. Por exemplo, as vendas de uma empresa atacadista localizada numa região economicamente deprimida podem estar crescendo simplesmente porque se destinam a mercados em crescimento não locais, enquanto, no varejo, há menor possibilidade de haver uma dissociação regional entre comprador e vendedor.

O forte desempenho do atacado reforça os indícios de crescimento da economia gaúcha, sobretudo porque os setores mais destacados foram os de máquinas e equipamentos e matérias-primas agropecuárias, que cresceram 17,9% no primeiro semestre de 2007. Mesmo que as vendas desses setores não sejam destinadas somente ao Estado, é possível observar um aumento no investimento, que passa geralmente pelo atacado, dando mais consistência ao crescimento da economia.

O cenário de aumento na oferta de crédito ao consumidor também tem contribuído de maneira destacada para o crescimento do comércio. Se a turbulência nos mercados financeiros internacionais não deixar seqüelas na perspectiva de queda gradual e contínua das taxas de juros, pode-se esperar um bom desempenho nas vendas de bens duráveis, como o que já se manifesta no setor de veículos.

Variação percentual do volume de vendas do comércio por setores e municípios selecionados do RS — jan.-jun./07



FONTE: FEE.

NOTA: Dado acumulado no semestre.

Eduardo Lamas (FEE/CIE)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 30.08.07).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Miriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Lisete Maria Girotto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.